

O CORPO QUE FALA: MORALIDADE, NARRATIVAS DE EXPERIÊNCIA E MICROPOLÍTICAS DE RESISTÊNCIA

Mayara Oliveira Nogueira¹

RESUMO: A relação entre práticas narrativas e agência/resistência é o foco central deste artigo, que se fundamenta sobre as bases teórico-epistemológicas da Análise da Narrativa em paralelo à Análise Crítica do Discurso. Lançamos nosso olhar sobre narrativas orais de experiências vicárias em um contexto muito particular: uma mesa de almoço entre colegas de trabalho que atuam como advogados em território periférico, com o objetivo de observar o lugar do corpo em práticas linguísticas cotidianas nas quais micropolíticas de resistência são estabelecidas. Para tanto, sustentamo-nos nas concepções performativa de narrativa e identidade (AUSTIN, [1962] 1990; BAUMAN, 1986; MISHLER, 2002; RIESSMAN, 2008; BASTOS, 2008; BUTLER, [1990] 2015), bem como nos estudos sobre as relações entre narrativas, corpo e identidade (PINTO, 2007). Pretendemos, assim, demonstrar que os estudos linguísticos que lidam com a articulação entre narrativas, corpo e identidade devem levar em conta a relação inevitável entre corpos e contextos, ocupando-se de suas inscrições situadas em um *aqui* e *agora* e de suas emergências em práticas interacionais cotidianas, evidenciando marcas de gênero e de classe.

PALAVRAS-CHAVE: Narrativa. Agência. Corpo. Micropolítica.

ABSTRACT: A relationship between narrative practices and agency / resistance is the central focus of this article, which is based on the theoretical and epistemological bases of Parallel Narrative Analysis to Critical Discourse Analysis. We take a look at oral narratives of vicious experiences in a very particular context: a lunch table between co-workers who act as lawyers in peripheral territory, with the aim of observing the place of the body in everyday linguistic practices in which resistance micropolitics are included. To do so, we rely on the performance concepts of narrative and identity (AUSTIN, [1962] 1990; BAUMAN, 1986; MISHLER, 2002; RIESSMAN, 2008; BASTOS, 2008; BUTLER, [1990] 2015), as well as studies on relations between narratives, body and identity (PINTO, 2007). We intend, therefore, to demonstrate that linguistic studies that deal with an articulation between narratives, body and identity must take into account an inevitable relationship between bodies and contexts, occupying them with their inscriptions located here and now and their emergencies in everyday interactional practices, evidence of gender and class marks.

KEYWORDS: Narrative. Agency. Body. Micropolitics.

¹ Doutora em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2018), com bolsa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Mestre em Linguística pelo Programa de Pós Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal do Espírito Santo (2013), com bolsa pelo Fundo de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES). Possui graduação em Direito pela Universidade Vila Velha (2011) e em Letras Português pela Universidade Federal do Espírito Santo (2011). E-mail: nogueiradv@hotmail.com.

Introdução

Tudo é organizado para ser assim, isso é o que é chamado de cultura.
(Jaques Derrida)

De que maneira a vida social constrói ou restringe possibilidades de identidades e identificações nas narrativas construídas em nosso cotidiano? Quais repercussões identitárias as narrativas vicárias de experiência de marginalidade (re)produzem? Essas são algumas das indagações pelas quais incorreremos ao longo deste trabalho, que traz a noção de *performance* identitário-discursiva como um de seus pilares teórico-conceitual.

A noção teórica de corpo enquanto *performance* (BUTLER, [1990] 2015; FABRÍCIO; PINTO, 2013) embasará toda a reflexão construída ao longo deste estudo e será a base de todo o trabalho analítico empreendido nos dados, cujo critério de escolha, para os fins que nos propomos, foi a recorrência de elementos narrativo-interacionais que indicializassem corpo e ordem moral.

Investigamos aqui – articulando linguagem, identidade, exclusão, inclusão, resistência e agenciamento – *ações* linguísticas em um contexto interacional extremamente fértil quando considerados os estudos de fala-em-interação: uma mesa de almoço entre colegas de trabalho. Trata-se de um grupo de advogados que militam em escritório localizado na Faixa de Gaza capixaba, região dominada pelo tráfico de drogas, cujas matérias de Direito por eles tratadas são relacionadas ao Direito do Trabalho e ao Direito Previdenciário. Assim, os temas que levam a comunidade a buscar por esse escritório corresponde em grande parte à doenças ocupacionais, acidentes de trabalho, invalidez resultante de relação trabalho, auxílios por incapacidade, dentre outros. Nesse sentido, o *corpo* desse sujeito marginalizado e as violências a ele submetidas são o centro sobre o qual recai uma série de discussões entre colegas de trabalho. Cabe destacar, por oportuno, que a autora deste artigo é uma das advogadas do escritório e, portanto, *insider* ao contexto e grupo investigados, razão pela qual esse estudo é de cunho autoetnográfico (DENZIN, 1986; REED-DANAHAY 1997; ELLIS, BOCHNER, 2000; VERSIANI, 2005).

Quando dizemos que se trata de um contexto de investigação produtivo isso se dá por uma série de fatores, dentre os quais o fato de ser uma situação de fala espontânea que, embora não seja uma situação tipicamente institucional, *práticas* institucionais são operadas. Aliás, mais do que isso, nos dados analisados observamos um tipo de *fazer* e de *saber fazer* muito peculiar: a construção de identidades, os compartilhamentos de experiências pessoais e profissionais, o estabelecimento de uma ordem moral coletiva e de uma identidade de grupo

erigida em conarrativa enquanto se executa uma atividade rotineira: alimentar-se. Isso nos leva a um ponto muito importante, que é o fato de que a todo momento estamos produzindo práticas de significação entre sujeitos envolvidos em tarefas complexas ou corriqueiras.

Justifica-se, portanto, o presente estudo na medida em que o enfoque narrativo-interacional empregado para a análise dos dados evidencia estratégias discursivas mais amplas, como a construção colaborativa de uma identidade comum. Nessa perspectiva, simples conversas que se dão enquanto desenvolvemos atividades corriqueiras (no caso: almoçar) ratificam estruturas sociais mais profundas que são observadas na superfície da interação. É justamente a observação atenta aos movimentos micro e macrosociais para a produção e negociação de sentidos em um contexto particular uma das principais justificativas deste trabalho.

O campo dos Estudos da Linguagem em que estamos circunscritos é, então, aquele que relaciona explicitamente os usos linguísticos com identidades, poder e subjetivação (FABRÍCIO; PINTO, 2013), perspectiva essa que compreende que é em nossa atividade discursiva diária o lugar em que construímos padrões de inteligibilidade e não inteligibilidade de nossa experiência social. Este tipo de teorização abraça a ideia de uma ordem social em permanente processo de construção, rupturas, negociação e movimentos (*ob. cit.*), processos esses que são observados sob o prisma de uma microsociologia interacional (PENNYCOOK, 2004; 2010), cujo interesse recai sobre a dinâmica das práticas discursivas situadas de significação e os sentidos que dela emergem. Assim, uma pluralidade de práticas languageiras são produtoras e reprodutoras de assimetrias, exclusões, poderes, saberes, fazeres, posições, descrições e categorizações do mundo social possíveis de serem observadas na minúcia da interação. Entretanto não se pode deixar de salientar que a organização da experiência cotidiana se dá de acordo com referências macrosociológicas, ou seja, em diálogo com um repertório de valores em circulação, constituídos na cultura e na sócio-história. Estamos, portanto, nas tramas das escalas micro e macrosociológica de observação do fenômeno da fala-em-interação e das narrativas, de modo particular.

Esse entendimento nos possibilita explorar as relações entre atividades interacionais localmente situadas e processos sociais mais amplos, bem como a ligação de práticas interacionais cotidianas e/ou institucionais a processos identitários e redes de conhecimento, estabelecendo um tipo de articulação que traz visibilidade para o permanente atrito entre emergências e permanências na fala-em-interação (FABRÍCIO; PINTO, 2013). O olhar

investigativo, portanto, volta-se para o terreno das potencialidades de micromovimentos e pequenas alterações, quase invisíveis em suas sutilezas.

Ocorre que sentidos, imagens e identidades não são dados *a priori*, mas construídos por um conjunto de ações linguísticas e corpóreas permanentemente descritas, categorizadas, narradas, e performadas (BUTLER, [1990] 2015), inexistindo, portanto, fora desses atos de significação e de construção da ordem social. Daí porque esse estudo se alinha aos estudos de Análise da Narrativa e da apreensão performativa da narrativa (GEORGAKOPOULOU, 1997; LANGELLIER, 2001; BUCHOLTZ, HALL, 2003) no que tange à organização da experiência humana, bem como a concepção de narrativa como um *ato* e como um *fazer* que constrói a realidade e as identidades, “transformando-se em um lugar onde o social articula-se, estrutura-se, e move-se sobre a realidade” (PEREIRA; CORTEZ, 2013, p. 212).

Essa moldura epistêmica orientará nossa investigação dos processos de construção, manutenção ou reconfiguração de referências matriciais, o que visibiliza posicionamentos em relação à ordem moral vigente na comunidade conhecida e denominada como “Faixa de Gaza” e entre o grupo de advogados.

O objetivo deste trabalho é então observar a articulação entre corpos e contextos e se ocupar de suas inscrições no *aqui* e no *agora* da interação, voltando-se para as marcas de gênero e de classe. Esse objetivo mais geral compreenderá: (i) investigar como a narrativa de experiência vicária é coconstruída pelo grupo; (ii) observar como os participantes se envolvem e avaliam a experiência narrada; e (iii) analisar a construção narrativo-perfomática do corpo do “outro” e projeções morais e/ou emocionais estabelecidas na interação.

Para tanto, passaremos a discorrer acerca da inscrição simbólica do *corpo* e as micropolíticas de resistência daí advindas, ressaltando a instauração de epistemologias outras e seu entendimento enquanto recurso semiótico (SCOLLON; SCOLLON, 2003) e performativo (BUTLER, 1997; PINTO, 2018).

Corpo e micropolíticas de resistência

Quando aqui tratamos da noção de *corpo* é imperioso enquanto primeiro apontamento clarificar sobre seu modo de apreensão não apenas vinculado a aspectos físico-anatômicos, mas sua compreensão relacionada à “produção de performances contínuas de reivindicação identitária materializadas no uso linguístico” (BONFIM, 2016, p. 17). É, pois, nessa inscrição performativa do corpo como elemento explicativo na análise das práticas narrativas e identitárias que este trabalho se sustenta. A visão da linguagem como performance, nessa linha,

“inverte a relação entre competência e performance (a última como produto da primeira), ou, de modo mais significativo, acaba com tal distinção”, uma vez que “o que une diversas performances não é uma competência que subjaz o indivíduo, mas um amplo leque de forças sociais, culturais e discursivas” (PENNYCOOK, 2007, p. 60).

Austin ([1962] 1990) introduz a performatividade como uma categoria de elocuições novas e distintas, que não possuem valor de verdade na medida em que não descrevem o mundo, mas *agem* sobre ele. A condição de felicidade, de acordo com o teórico, é o que garantirá o produto satisfatório da declaração performativa que dá à declaração *status* de autoridade. Nessa linha, Anna Livia e Kira Hall ([1997] 2010) sustentam que o gênero é performativo na medida em que elocuições do tipo “é uma menina” quando ditas por um médico ou enfermeiro em consulta pré-natal não são apenas palavras lançadas, mas um ato de fala que instaura, invoca e mobiliza uma série de marcadores sociais que repercutirão no corpo de um ser que sequer nasceu e no comportamento de seus pais e sujeitos a seus grupos sociais relacionados: comprar bonecas em detrimento de carrinhos ou bolas; presentear com vestidos, e não blusas de botão, etc. Assim, esse ato de fala conclama uma série de discursos e práticas que (re)produzirão esse pequeno ser, uma vez que é o discurso que produz falantes, e não o contrário. Sendo o performativo inteligível e emergindo de um contexto em cadeia de convenções afiliadas, temos então a relação primeira entre corpo e performatividade² (BUTLER, [1990] 2015; LIVIA; HALL, [1997]2010), entre gênero e performance reiterada.

Dessa forma, segundo Joana Plaza Pinto (2007), tomada de modo radical, definir a própria linguagem como performativa traz à tona a ideia de que tudo o que dizemos *faz* (AUSTIN [1962] 1990), e esse *fazer* não corresponde a verbo do tipo intransitivo, em que não há a necessidade de complemento, antes, de acordo com a autora, é necessária a existência de algo para que haja a continuidade da argumentação: a linguagem faz o corpo? O ato de fala é um ato convencional, e, portanto, ritualizado? Nesse horizonte, a imbricação entre corpo, performance e narrativas desvela relações de poder (BUTLER, 2012) emergidas *na e pela* situação concreta da fala-em-interação.

Poder, aqui, é tomado em sua dinamicidade e em seu potencial de tensionar práticas concretas de realização da fala-em-interação situadas em contextos específicos, práticas essas que informam não somente os sentidos negociados, mas também os enquadres interativos (GOFFMAN, [1979] 2002; TANNEN; WALLAT, [1987] 2002) estabelecidos pelos sujeitos

² “Performatividade não é um jogo livre nem uma autoapresentação teatral; não pode também ser igualada à performance. Além disso, a regulação não é necessariamente aquilo que coloca um limite à performatividade; a regulação é, ao contrário, aquilo que impele e sustenta a performatividade” (BUTLER, 1993, p.93).

em suas práticas cotidianas (YAMANAKA, 2019). Desse modo, esse estudo se filia a esse tipo de investigação discursivo-interacional que considera marcadores sociais como modelos dinâmicos de interação, sendo a noção de *agência* central nesse deslocamento da ideia de poder social centrado e coeso para um poder observado nos micromovimentos da interação e constituído por uma constelação desconcentrada.

Estudar, então, criticamente o corpo e olhar como discursos normativos são sustentados ou subvertidos a partir desta insistência teórico-analítica de observar as práticas situadas em sua minúcia (LIVIA; HALL, 2010) traz aos Estudos da Linguagem a volta da performatividade (iniciada por Austin) em pesquisas como as encabeçadas por Judith Butler, em quem a máxima cartesiana é parodiada por “*facio ergo sum*” (BORBA, 2014).

Para Butler ([1990] 2015) o corpo é em si mesmo uma construção e as subjetividades corporificadas não preexistem às convenções culturais que dão significados aos corpos e às experiências identitárias (JAGGER, 2008). O sujeito é, portanto, um *efeito-de-verdade*, de tramas de poder, saber e discurso que são cultural e historicamente situados. Nesse sentido, a realidade do sujeito que diz, do corpo que fala e age, é performativamente produzida no contexto situacional, no *aqui* e no *agora*, do que é dito e feito (BORBA, 2014). Desvelar os sentidos construídos no que se refere aos corpos significa desnaturalizar e dessencializar mecanismos simbólicos que modelam as relações interpessoais, constroem e reproduzem as realidades. Nesse sentido, a interação situada e, portanto, as narrativas, é um local-chave para a produção da realidade social e para percepções múltiplas do corpo (RAMPTON, 2006).

Assim, nesse modelo de campos de forças, “há possibilidade para que os falantes resistam, contestem e ressignifiquem as narrativas que se esforçam por instituir noções definitivas sobre os corpos e suas práticas sociointeracionais” (YAMANAKA, 2019, p. 827).

É nessa linha que Pinto e Amaral (2016, p. 154) sustentam que:

Primeiro, os corpos falantes, tratados como indivíduos ou como grupo, são sempre corpos em trânsito no tempo e no espaço, e nesse sentido os processos interacionais são dependentes das configurações históricas e ao mesmo tempo contingentes das interações linguísticas. Segundo, os textos produzidos por tais corpos transitam fora do controle intencional do falante (DERRIDA, 1990), por sua vez entre diferentes corpos, seguindo trajetórias que podem projetar sentidos passados e futuros contraditórios e conflitantes. Terceiro, as mobilidades de corpos e textos se sobrepõem em intersecções tanto sedimentadas quanto imprevisíveis, incidindo sobre a (re)configuração de sentidos para os corpos e para os textos.

O agir no ato de fala é o agir do corpo, e definir esse agir é justamente discutir a relação entre linguagem e corpo. Ou seja, o corpo se insere em processos de marcação social e de convencionalidade cujos limites estão circunscritos no tempo do seu agir. Para ser legível,

portanto, o corpo precisa da sua história e também da possibilidade futura de sua repetição (PINTO, 2007). O que temos, portanto, é uma integralidade da materialidade do corpo na execução do ato de fala, construindo uma polissemia irreduzível (*ob. cit.*).

Sob essas lentes, o corpo deve ser encarado enquanto um signo que reproduz a estrutura social atribuindo sentidos específicos a depender do sistema sociocultural (NOGUEIRA, 1999), razão pela qual o corpo deve ser tomado em termos de regras regulatórias. Assim, para Yamanaka (2019, p. 834), sendo a percepção sobre o corpo-signo construída por meio dessas disputas, tem-se que “o corpo-texto é anunciado-lido antes mesmo de a boca falar, o que implica asseverar que os sujeitos-corpos estariam atravessados por signos disponíveis na sociedade, por preceitos para a interpretação dos signos, bem como por dimensões políticas, mas também subjetivas”.

Criar inteligibilidades sobre os sentidos sociais inscritos no texto corpóreo possibilita compreender o funcionamento da sociedade, bem como a ordenação imposta aos corpos. Isso porque regras normalizadoras, hegemônicas e totalizantes privilegiam determinados atributos, sejam eles morais ou físicos de modo que, em função da aparência, “os sujeitos podem ser classificados como interlocutores sobre os quais é possível realizar movimentos conversacionais específicos, aplicar determinados procedimentos de tomada de turno ou provocar bloqueios na atividade da conversação, a partir da avaliação que se faz” (YAMANAKA, 2019, p. 835).

O corpo observado, descrito e classificado é o *locus* não só das experiências pessoais, mas também sociais. Também por tal razão – além das já aqui suscitadas – é que se pode afirmar que nossos corpos são investidos *pelos* e *nas* relações de poder, pois a inscrição material e simbólica do corpo no dizer é uma marca que se impõe no efeito da linguagem (PINTO 2015). Nessa linha, os modos de ação pelos quais micropolíticas de resistência podem operar, vão além de um tipo particular e pré-definido de práticas e/ou *scripts* a serem seguidos. E, em termos de efeitos esperados de sua ação política, esses modos de ação estão para além de uma tarefa inclusiva ou de respeito às múltiplas diferenças que, “se calcada em essencialismos e binarismos identitários, deixa intocado o núcleo de poder produtor das hierarquias e violências contestadas” (SILVA, 2019, p. 93).

Ao refletir neste estudo sobre performances narrativas desempenhadas pelo grupo de advogados sobre as experiências de vida de seus clientes – sujeitos economicamente vulneráveis – e dos efeitos dessa marginalidade econômica marcada em seus corpos e tornadas relevantes na interação, observamos movimentos de micropolíticas de resistência

implementados pela subversão narrativo-agentiva. A vida social e seus significados são, assim, conforme veremos mais adiante, (re)elaborados e (re)significados, mediante o emprego de recursos discursivo-interacionais específicos, em face das tensões, contestações e fluxos identitários próprios de qualquer encontro interacional implicado numa temporalidade social (*ob. cit.*).

Nas relações de estigmatização e de re-existência como microtécnica política do corpo, em que “marcas, odores, cores, texturas, gostos, fluxos, gestos, gozos etc” são (re)produzidos, a discursivização em torno do corpo, responsável por conferir significados negativos a dadas marcas corporais, demarcarão a corporalidade de uma relação social de assimetrias, resultante de uma reificação dos processos de dominação/hierarquização (SALES JÚNIOR, 2006, p. 233). Portanto, os processos e as práticas de estigmatização correspondem a uma máquina discursiva municiada de força ilocutória e que, de acordo regras ou convenções sociais, instauram atos de linguagem.

Yamanaka (2019) levanta um questionamento que em muito se alinha aos trilhos pelos quais aqui pretendemos percorrer: como o corpo tem sido “falado” e semiotizado nas experiências sociais compartilhadas no contexto neocolonial? Diante dos processos de semiotização em torno do corpo, uma pergunta permanece, segundo a autora: como complexificar a relação entre linguagem e corpo de modo a ampliar o olhar sobre a realidade discursivizada e corporificada? (*ob. cit.*) É com o olhar sobre esse horizonte que passaremos a ponderar acerca dos entendimentos da vida social sob o prisma da Análise da Narrativa.

Análise da Narrativa e práticas de entendimento da vida social: uma abordagem crítica do discurso

A conversa e as narrativas constituem elementos da vida social que, por estarem tão arraigados nas práticas do senso comum cotidiano, desafiam a consciência articulada de seu modo de funcionamento e sua descrição (SCHEGLOFF, 2000). Será justamente a observação atenta aos procedimentos empreendidos pelos participantes da interação para coconstruírem suas ações sociais, produzindo seus próprios comportamentos e mostrando na conversa/narrativa suas compreensões acerca dos comportamentos dos outros, o que tornará a organização social viável e o que fundamentará a ação humana pelo uso da linguagem em interação, uma vez que é a conversa a pedra sociológica fundamental³ (SCHEGLOFF, 2000; GARCEZ, 2008) e o espaço no qual as narrativas emergem.

³ A conversa é considerada por Sacks et. al. ([1974]2003) como a “*pedra sociológica fundamental*” em referência à essa base fundante de socialização que é a conversa cotidiana. Em outros termos, a conversa é a forma de

De acordo com Bruner (2002), a centralidade da narrativa em nossa vida faz com que a mesma nos pareça ser tão natural como a própria linguagem, sendo as práticas do narrar algo intrínseco à nossa própria condição de existir enquanto humanos. É-nos, então, possível estudá-la em diversos contextos e espaços justamente porque nossas experiências individuais e/ou coletivas são ordenadas em histórias; exatamente porque a narrativa é uma das formas básicas de organização da experiência humana. É por esse seu caráter de organizar a experiência que a construção de identidade está inevitavelmente atrelada ao estudo da narrativa (OLIVEIRA; BASTOS, 2001). Contar histórias, segundo Bastos (2008, p. 77), é uma *ação*, “é fazer alguma coisa – ou muitas coisas simultaneamente – em uma determinada situação social. Uma dessas coisas é, necessariamente, a construção de nossas identidades”.

Os estudos da narrativa correspondem a um campo de investigação interdisciplinar e internacional, florescido nos anos 1980, e representa uma mudança paradigmática do Positivismo ao Interpretativismo (DENZIN; LINCOLN, 2006). Esse movimento nas Ciências Humanas, conhecido como a *virada narrativa*, desloca a ideia de isenção e distanciamento apregoada pela metodologia positivista de pesquisa e assume uma nova postura epistemológica, na qual o pesquisador não mais “coleta dados”, mas reconhece sua participação na construção das narrativas. Instituída na Sociologia da Escola de Chicago, quando o “interesse por histórias de vida influenciou os antropólogos, que começaram a adaptar os métodos de história de vida ao estudo de comunidades durante mudança cultural” (OLIVEIRA; BASTOS, 2015, p. 270), a virada narrativa confere protagonismo às particularidades linguístico-discursivas, até então pouco consideradas (RIESSMAN, 2008).

A linguagem e o seu uso passam então a compor a agenda de pesquisa que se abre ao interpretativismo, agenda essa que é marcada por uma postura de investigação onde o pesquisador não mais se situa fora do campo de estudo, antes se posiciona como parte do campo, mediando e interpretando processos operantes nessa arena. Com a virada narrativa novas teorias surgem no âmbito das Ciências Sociais e novos métodos são desenvolvidos para se investigar aquilo que é abarcado nas narrativas (i.e. identidade, sociedade, etc.). Com a multiplicidade de espectros e perspectivas, o entendimento do que seja propriamente considerado como *narrativa* não será único, no entanto, em todas as perspectivas há o compartilhamento da ideia de narrativa como um ato comunicativo ordinário que constrói o mundo cotidiano (OLIVEIRA; BASTOS, 2015).

interação primeira e primária da sociabilidade humana, é, portanto, a pedra sobre a qual todas as outras formas de interação se especificam.

No campo dos Estudos da Linguagem propriamente dito, Labov (1972) é o teórico precursor na observação e categorização das narrativas com um olhar tanto mais voltado para as estruturas e partes que as compõem e menos preocupado em aspectos de ordem discursivo-interacional. O sociolinguista variacionista observou que para a existência da narrativa há elementos que são fundamentais e sem os quais a mesma não existiria, e outros elementos dispensáveis. Seis são os elementos que a comporia: (i) *resumo*, sentença inicial que encapsula ou sumariza o ponto da história enfatizando a reportabilidade da narrativa e preparando a audiência para ouvir uma história; (ii) *orientação*, unidade que dá informações sobre tempo, lugar, pessoas e seus comportamentos iniciais; (iii) *ação complicadora*, sentença(s) sequencial(s) que relata(m) um evento seguinte como resposta a uma questão potencial e que participa(m) de juntura(s) temporal(s) – consiste de, no mínimo, duas orações narrativas com verbos de ação no passado; (iv) *avaliação*, procedimento que o narrador emprega para indicar o propósito de sua história, a sua razão de ser e o porquê do narrador contar essa história; (v) *resolução*, elemento que diz respeito ao que aconteceu, ao resultado da história, ao modo como foi resolvida a complicação; e (vi) *coda*, que é o retorno narrativo ao momento em que se conta a história e que por vezes corresponde à uma avaliação moral.

Dentre os elementos estruturais, para Labov e Waletzky (1967), o único componente indispensável para que um segmento seja considerado uma narrativa é a existência da *ação complicadora*. Assim, essa sequência de orações livres e ordenadas é que constrói o esqueleto da narrativa, a qual apresenta uma *juntura temporal*.

A preocupação laboviana não se voltava para o estudo particular das narrativas, mas para a observação da língua em situação de menor monitoramento. Daí o espaço das narrativas em seus estudos: em contexto de entrevista, Labov se valia de perguntas do tipo “você já passou por alguma situação em que sofreu perigo de vida?”. Para esse tipo de questionamento a resposta obtida era a narração de algum evento extraordinário – técnica, então, hábil para minimização do monitoramento do uso padrão e também de avaliações (COAN & FREITAG, 2010). Muitas críticas à abordagem laboviana foram tecidas ao longo do tempo, especialmente por sua visão estruturalista do fenômeno (Cf. RIESSMAN, 2008) e por seu tratamento da narrativa enquanto estrutura autônoma e descontextualizada, limitando assim sua força analítica e seu potencial (BASTOS, 2005).

Nessa linha, os estudos das narrativas têm sido reconfigurados sob a ótica de pesquisadores que se ocupam dos discursos construídos na ordem da narrativa, as quais são tomadas como centrais para a produção dos entendimentos da vida social por meio das

interações e construções de sentidos estabelecidos nas relações micro e macrosociológica. São exemplos os trabalhos de Riessman (2008), Schiffrin (1996) e Ochs e Capps (2001), com a intenção de “construir uma ponte entre microfenômenos, tais como discurso e interação social, e macronoções, tais como indicadores sociais, valores culturais dominantes e padrões de desigualdade na população” (OLIVEIRA; BASTOS, 2015, p.272). Observa-se, assim, o privilégio da compreensão narrativa no interior das tramas micro/macro e sua emergência interacional situada em um *aqui e agora*.

Um dos aspectos teóricos mais importantes quando se fala em narrativa é a noção de *ponto*. Para Oliveira e Bastos (p. 273) o ponto da narrativa pode ser compreendido como “um processo informado por valores culturais, a partir de uma perspectiva que volta o foco para a performance do narrador, que, por sua vez, está inserido em determinados grupos sociais”. Nesse sentido, segundo as autoras, o ponto da narrativa corresponde a uma espécie de “depósito” de valores e princípios da cultura no qual o narrador está inserido. Assim, “os dispositivos de performance utilizados pelo narrador na construção da historiabilidade e do ponto fazem parte de repertórios culturais, o que faz com que a interpretação de seus usos seja norteada por considerações acerca da estrutura social” (*ob. cit.*).

Essa compreensão de narrativa como performance situada em termos de manifestações culturais contextualizadas tem um tratamento especial nos trabalhos de Bauman (1986), para quem o narrador se vale de uma série de recursos disponíveis na matriz sociocultural para a construção de si, do outro e do mundo. Daí porque a noção de que as construções narrativas se constituem também em performances identitárias, em que crenças e valores são refletidos e padrões sociais criados ou reforçados. Entretanto é importante ter em cena que “a cada performance, o narrador necessariamente transforma a história em função das especificidades da situação, o que traz também a possibilidade de interferência na estrutura social normativa” (BASTOS, 2005, p. 83) – invoca-se, portanto, a noção de *agência*.

A esse respeito Schiffrin (1996, p. 168) sustenta que “este processo de transformar experiência pessoal em performance verbal é conjugado com o modo como as histórias são situadas socialmente e culturalmente. Quando verbalizamos uma experiência, situamos essa experiência globalmente”. A experiência, assim, é situada no *aqui e agora* da interação, numa atividade narrativa que articula o micro nível do discurso com a macro esfera sociocultural (OLIVEIRA, 2013).

Nesse sentido, a narrativa corresponde a um engendrado processo de construção discursiva, que, neste estudo, ilumina a performance dos advogados ao contarem as histórias de

seus clientes. Informados por essa visão, investigaremos as estratégias performáticas que estão em jogo nos discursos narrativos dos participantes, partindo da premissa de que, como atores sociais que são, os participantes estão sempre engajados na construção de identidades.

Alinhamo-nos, assim, a uma visão de discurso como constitutivo da vida social (OLIVEIRA, 2013), postura essa que, na tradição da Análise da Narrativa, é compreendida como sociointeracional.

Posicionamento epistemológico e metodologia

Como anteriormente sinalizado, o referencial teórico deste trabalho intersecciona a Análise da Narrativa aos estudos sociointeracionais. Tais paradigmas se ancoram metodologicamente sobre uma base de natureza qualitativa e interpretativa de análise. Ressaltamos o fato de, conforme aduz Erickson (1990), a pesquisa qualitativa ser deliberadamente interpretativista; e a interpretação inerente ao ato de investigar.

Nesse sentido, por pesquisa qualitativa entendemos “uma atividade situada que localiza o observador no mundo” e que consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que conferem nitidez e visibilidade ao mundo, sendo, pois, “um campo interdisciplinar, transdisciplinar e, às vezes, contradisciplinar, que atravessa as humanidades, as ciências sociais e as ciências físicas” (DENZIN; LINCOLN, 2006, P. 17-21).

Considerando que a autora deste trabalho faz parte do grupo investigado, isto é, é uma das advogadas do escritório observado, merece relevo a dimensão autoetnográfica da pesquisa (REED-DANAHAY, 1997; ELLIS; BOCHNER, 2000; VERSIANI, 2005; CHANG, 2008), uma vez que, no âmbito profissional, a figura da advogada se confunde com a da pesquisadora, o que implica em certa categorização bivalente: advogada-pesquisadora-advogada. Estamos, pois, diante de uma abordagem metodológica etnográfica de orientação interpretativa e autobiográfica (CHANG, 2008), entendendo-se a autobiografia no sentido de se explorar a interação do “eu” engajado nas descrições culturais mediadas pela linguagem, história e explicação etnográfica (ELLIS & BOCHNER, 2000). O ponto chave deste tipo de abordagem, segundo Versiani (2005), é a subjetividade do pesquisador como questão central do próprio saber linguístico e antropológico.

Trabalharemos no presente artigo com um segmento de excerto de pouco mais de seis minutos de interação. O encontro em apreço se deu entre seis advogados que trabalham no mesmo escritório de advocacia situado na Faixa de Gaza capixaba durante um almoço com duração de cerca de uma hora e meia. Esse almoço se deu durante o intervalo do segundo dia

do II Congresso de Direito Previdenciário do Espírito Santo – evento em que os advogados estavam participando e cujas pistas de contextualização surgem ao longo da interação. Tais dados foram gravados em áudio, com posterior transcrição com base nas convenções adaptadas e simplificadas da Análise da Conversa (SAKS, SCHEGLOFF & JEFFERSON, 1974, com incorporações de LODER & JUNG, 2009) - intervalo de 25'19'' a 31'33''.

Como pontuado anteriormente, a escolha do excerto se deu em razão da recorrência de elementos interacionais e narrativos que indicializassem corpo e ordem moral. Priorizamos esse tipo de realização narrativa por ser uma das ações mais frequentes desempenhadas pelos participantes no curso das interações. No *corpus* dos dados⁴ de Ísis e Ícaro – clientes do escritório analisado e participantes da pesquisa – não são raros os segmentos cujo tópico sejam narrativas que constroem corpo e moral na comunidade.

Corpo, emoções e agência: uma análise de fala-em-interação em práticas cotidianas

Quando refletimos acerca do *poder designativo* da linguagem, necessariamente devemos trazer à tona a força designativa expressa no pertencimento identitário. Isto é, “a designação é sempre *representação*, nunca apresentação da coisa em si”, assim, no jogo entre sujeito, linguagem e mundo a identidade é apreendida como “um construto de atributos que se alinham ao longo da história, porquanto designações, sob o ponto de vista pragmaticista e/ou simbólico” (FERREIRA, 2004, p. 07), produzindo, assim, efeitos de sentido inscritos num sistema de valorações simbólico-cultural.

Essa noção é sobretudo importante para que analisemos os dados que se seguem e para que, em sua leitura, não deixemos de considerar o fato de que os signos não são simplesmente replicados, mas sim deslocados, recriados e revalorados (FABRÍCIO; PINTO, 2013). Nesse sentido, será a construção de práticas de significação, engendradas em meio ao diálogo dinâmico entre referências locais e não-locais entrelaçadas na narrativa o que estará em jogo. Entendendo, assim, que a microanálise das interações cotidianas podem contribuir para a compreensão do nível macro da vida social. Vejamos:

Excerto 01: Episódios de sofrimento

85	Thatiana	[Mas ele não tá tão bonitinho
86		agora?

⁴ Trata-se de um conjunto de dados mais extenso do que ora apresentamos, dados esses que compõem o *corpus* das pesquisas de doutorado e de pós-doutoramento da autora deste trabalho. Tais dados foram gerados, segmentados, transcritos e analisados ao longo de cinco anos. Nesse sentido, os segmentos que aqui analisamos correspondem a um recorte de um universo investigativo e analítico muito maior.

87 88 89	João	[é a ex- mulher. (0.4) A ex mulher dele que vem de quinze em quinze dias na casa dele, tá!?
90 91 92	Thatiana	Ele chega lá no escritório assim, ó ((estende os braços e gesticula com as palmas das mãos)). Com o dinheiro assim, [ó ((gesticula)).
93	Mayara	[Nossa! Veio tudo e a carne não vem!
95 96 97 98 99 100	Thatiana	Ele embola o dinheiro todinho no com o valor do saque. "<Douto::ra>, aqui ó ((gesticula)). A senhora tira a sua parte e o fo o <resto é meu>, né!?". Ai é fo esse mês ele falou "ah, doutora, esse mês passado, como eu não tinha troca:do, faltou DOIS reais. A senhora tem que tirar DOIS reais a mais esse mês".
102	Mayara	.hh tadinho
103 104	Jader	Corta o coração da gente, né!? Eu falei ali pra uma <bichona> ali, o Fabrici[ano, que
105 106	João	[Jader, você chegou uns vinte ve (incompreensível)
107 108	Jader	[Eu falei "Fabriciano, como não tira o (incompreensível) do senhor disso, né!?
110	Thatiana	Corta o meu coração.
111	Jader	Não é:?
112		(.)
113	Thatiana	Ele é muito bonzinho, menina!
114	Rosângela	É, ele é sim.
115 116 117	Jader	O Luiz, né, Thatá!? Todos eles são assim. Interessante, né!? (.) E aí, Luciana!? ((sorri para ela, que retribui)) (0.7) O Luiz vai lá entregar o dinheiro ou deposita.
119 120	Thatiana	Ah, é!? (.) Tá vendo, ali era <dignida:de HUMANA> mesmo, porque o homem mudou <até o VISUAL> dele.
121	Jader	Mudou.
122	Thatiana	E é [um salariozinho mínimo.

De acordo com Oliveira e Bastos (2015), de um modo geral, as performances narrativas de experiência são entrelaçadas por posturas morais, as quais são apresentadas como relativamente corretas e se mantêm constante através da narração. Nos dados deste trabalho observamos um duplo movimento de moralidade: um primeiro movimento relacionado à

moralização do corpo por questões econômicas (“porque o homem mudou <até o VISUAL> dele”, linha 120); e um segundo movimento ligado ao discurso heteronormativo (“Eu falei ali pra uma <bichona> ali, o Fabrici[ano]”, linhas 103-104). Há que salientar o fato de *moralização econômica* aqui se relacionar à lógica jurídica de reparação, isto é, diante de um dano (moral, físico, psíquico, etc.) ou ato ilícito, há que haver uma reparação que lhe confira moralidade (no caso: reparação pecuniária).

Entretanto, Ochs e Capps (2001) admitem a possibilidade de um *hibridismo* entre as posições de posturas morais, como quando se tem narradores que inicialmente parecem certos de sua postura moral e no curso da narração tal certeza se dissolve, desestabilizando quando o duplo *self* é diretamente ou indiretamente desafiado por um outro conarrador (Cf. OLIVEIRA; BASTOS, 2015). Quando o participante Jader nas linhas 107-108 categoriza Fabriciano como <bichona> o faz se valendo de marcas interacionais muito significativas, dentre elas a indeterminação inicial do sujeito, sua animalização e a fala mais lenta quando da pronúncia do vocábulo misógino. Tudo isso confere um tom e uma tensão interacional que não é sustentada pela participante Thatiana nos turnos seguintes. Thatiana usa do recurso da repetição referindo-se a construções anteriores e *performa silêncio* ante a fala de Jader, seu chefe e dono do escritório. Nota-se, assim, um micromovimento de uma tomada de posição confirmada pelo direcionamento de seu posterior turno para Mayara (“Ele é muito bonzinho, menina!”, linha 113). Assim, nota-se um movimento de fuga à afiliação de fronteiras identitárias binárias relacionadas à sexualidade, colocando, portanto, esse corpo produzido no/pelo discurso normativo sob ameaça (BUTLER, 2015) e evidenciando constrangimentos institucionais e possibilidades de agenciamento. Nesse sentido é possível observar que de fato, como sustentam Fabrício e Pinto (2013, p. 25), em performances, os interactantes referem-se, com mais, menos ou nenhuma clareza, de que o que estão fazendo, relaciona-se a um conjunto de regras e valores culturais prescritivos em relação ao qual se posicionam de modos variados e nuançados, compreendidos em um *continuum* cujos polos seriam a sujeição total e a transgressão transformadora observada analiticamente pelas “ações indexicais que apontam para o liame entre os contextos micro-interacionais e os contextos das crenças e ideologias socioculturais”.

Uma das categorias que se revelou de grande importância na observação no trato com os dados é a noção do *sofrimento*, tomado aqui não como algo essencializado ou universal, mas, antes, concebido como socialmente situado e construído, existindo, pois, diferentes modos de sofrer bem como diferentes modos de perceber o sofrimento ainda que no interior de uma mesma comunidade. Assim, o sofrimento corresponde a um fenômeno social e

interacionalmente construído (BASTOS, 2008) e os afetos/posicionamentos de inclusão e de exclusão em relação a direitos e deveres relacionados às emoções correspondem a um conjunto de “regras de sentimentos” construídos cultural e sócio-historicamente (FABRÍCIO; PINTO, 2013)

Nesse sentido, as emoções evocadas, entendidas como jogos de linguagem de teor avaliativo, indexam a ordem moral reguladora dos direitos e deveres. Assim, os episódios de sofrimento construídos na interação observada são estabelecidos a partir da articulação entre eventos e recursos avaliativos, como em: “como eu não tinha troca:do, faltou DOIS reais. A senhora tem que tirar DOIS reais a mais esse mês” (linhas 99 a 101) e “.hh tadinho” (linha 102). Ora, serão os prolongamentos, ênfases, risos, escolhas lexicais e uso de diminutivo que conferirão à avaliação narrativa o reconhecimento de uma multiplicidade de desigualdades articuladas, dentre as quais a de ordem social.

Aferir visibilidade a essa microfísica de poderes reflete traços discursivos da construção de nossa vida cotidiana e apontam para o modo como os sentidos são construídos e reproduzidos. A descrição da cena narrada e a classificação em categorias assimétricas (senhora; tadinho) insufla um *lócus* não apenas da experiência situada, mas de configurações sociais que significam. Razões essas que nos leva a afirmar que ordem moral e sofrimento são circunscritos *pelas* e *nas* relações de poder.

Nas linhas 75 e 76, Thatiana torna relevante o fato de que a aparência de Adomar alterou, e essa alteração se dá após o recebimento do benefício assistencial que corresponde a “um *salariozinho* mínimo”. Ora, o uso reiterado de diminutivo e os contornos entoacionais sinalizam avaliações encaixadas por parte da narradora, a qual constrói relação de afeto pelo reconhecimento do sofrimento do Outro: pouco recurso financeiro foi capaz de deixar Adomar “tão *bonitinho* agora” (linhas 85 e 86) por se tratar de uma questão de “<dignida:de HUMANA> mesmo, porque o homem mudou <até o VISUAL> dele” (linhas 119-120). O vetor econômico, então, afeta a hierarquização dos corpos e das identidades, uma vez que capital, reconhecimento, redistribuição de renda e identidade precisam andar juntos tanto para o empoderamento de minorias, quanto para a moralização de seus corpos para existências dignas. Classe, então, não é uma propriedade dos indivíduos, mas algo que se *faz*, que se constitui e que se reflete em atos e corpos, produzindo um efeito pragmático de um amálgama de recursos semióticos (entonação, prolongamentos, pausas) usados localmente no *aqui* e *agora*. A inscrição material e simbólica do corpo, portanto, é uma marca que se impõe no efeito da linguagem situada na fala-em-interação.

Nessa linha, a narrativa que emerge na linha 90 sobre o pagamento de honorários advocatícios e a importância dada ao valor de “DOIS” reais, alinha-se à defesa do posicionamento afetivo de Thatiana e evidencia o sofrimento de Adomar em virtude da situação socioeconômica a que está inserido. Bem assim, observa-se um fluxo em cadeia de alinhamento dos demais participantes no que tange a condição do cliente: “.hh tadinho”; “corta o coração da gente, né!?”; “corta o meu coração”; “ele é muito bonzinho, menina!”; “É, ele é sim” (linhas 102, 103, 110, 113 e 114, respectivamente).

Assim, há uma relação mútua de envolvimento dos participantes àquilo que é considerado duradouro (classe econômica) e importante para o outro – no caso, sua saúde e condição social, a partir de uma forte dramatização indiciada por sequências de ações dramáticas trazidas pela advogada em narrativa argumentativa. Ao contar a história de Adomar, Thatiana socializa a experiência individual, que é generalizada por Jader (“O Luiz, né, Thatá!?! Todos eles são assim. Interessante, né!?!”, linhas 115-116). O grupo, por seu turno, ao participar da narração por meio de avaliações coordenadas, estabelece similaridades nos julgamentos compartilhados, dimensionando um reconhecimento intersubjetivo.

Nas palavras de Bastos (1999, P. 27), “o que é dito nas histórias de vida relaciona-se também com construções sociais mais amplas, pois elas contêm pressuposições sobre o que pode ser tomado como certo ou errado, sobre quais são as normas e sistemas de crenças nos diferentes grupos sociais”. Essa moralização do corpo pelo vetor econômico na construção narrativa localiza a participante como “agente moral positivo em um mundo de bons e maus comportamentos” que “se posiciona como construtor da ordem moral. Em uma ação recíproca, portanto, as narrativas são formatadas (por) e formatam a realidade quando o narrador faz seu recorte singular da realidade, influenciado por uma matriz de princípios e valores” (OLIVEIRA; BASTOS, 2013, p. 274).

Os dados aqui analisados sob o olhar e o aparato analítico-epistêmico da Análise da Narrativa, em convergência aos preceitos da Análise Crítica do Discurso, evidenciaram que nossas observações corroboram com os estudos de Ochs e Capps (2001) no sentido de que foi possível observar na construção narrativa dos participantes um hibridismo entre as posturas morais dos interactantes e a desestabilização do *self* de que tratam as autoras. Notou-se ainda que os participantes *performam* regras e valores na fala-em-interação (FABRÍCIO; PINTO, 2013), mostrando o que compreendem enquanto moral/moralização sob diferentes prismas, dentre os quais o prisma heteronormativo, econômico e vinculado à idade.

Pelo que sustenta a Análise da Narrativa, toda e qualquer análise que se sustente em seu escopo deve primeiramente partir da observação dos dados e só após a leitura cuidadosa e atenta dos dados partir para categorias que dali brotam. Numa postura, portanto, inversa ao que tradicionalmente conhecemos nos bancos da academia. É justamente esse movimento êmico o que possibilitou e o que justifica a análise aqui empreendida, bem como as observações construídas a partir da observação e análise da interação e da narrativa.

Considerações finais

Considerando a trajetória teórico-analítica deste estudo, podemos afirmar a produtividade da abordagem performática das narrativas e das identidades para a compreensão dos modos como a realidade social é potencialmente (re) construída em diferentes contextos e práticas sociais. Desse modo, urge politizar o cotidiano e situar os contextos sociodiscursivos de interação a partir das relações de forças constitutivas da vida social, as quais frequentemente situam no corpo o significante para inscrição de múltiplos sentidos.

No movimento microanalítico denso do trabalho emocional aqui observado em sua minúcia, é possível reconhecer uma multiplicidade de diferenciações sociais e diversas desigualdades articuladas, que, com frequência, guardam no corpo *o locus* de experiências e epistemicídios (TAVARES, 2009). Conferir visibilidade à microfísica de poderes, operando justamente um território-sede das experiências “internas” e, supostamente, “livres” do controle social, o do *sentir*, desvela marcas discursivas, históricas e culturais da construção da vida ordinária. Mesmo em um curto segmento forças normalizadoras e transgressoras são passíveis de observação.

Referências

- AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer: palavras e ações*. Porto Alegre: Artes Médicas, [1962] 1990.
- BASTOS, L. C. Diante do sofrimento do outro – narrativas de profissionais de saúde em reuniões de trabalho. *Calidoscópico*. Vol. 6, n.2, p. 76-85, mai/ago, 2008.
- BASTOS, L. C. Contando estórias em contextos espontâneos e institucionais: uma introdução ao estudo da narrativa. *Calidoscópico*, 3(2): 2005, pp. 74-87.
- BASTOS, L. C. Histórias de mulheres e homens: narrativa, sexo e construção de identidade. *The Specialist*, v. 20, n. 1, p. 17-29, 1999.
- BAUMAN, R. *Story, performance and event: contextual studies of oral narrative*. Cambridge: CUP, 1986.

BONFIM, M. A. L. Linguagem e identidade: o lugar do corpo nas Práticas identitárias raciais. *Linguagem em foco* – Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UECE. V. 8, Volume Temático: Linguagem e Raça: diálogos possíveis, N. 2, 2016.

BORBA, R. A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais. *Cadernos Pagu*, 43, julho-dezembro de 2014. p. 441-474.

BRUNER, J. *Making stories: law, literature, life*. Cambridge: Harvard University Press, 2002.

BUTLER, J. *Bodies that Matter: On the Discursive Limits of “Sex”*. Nova York, Routledge, 1993.

BUTLER, J. Excitable speech. *A politics of performative*. New York: Routledge, 1997.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1990] 2015.

BUCHOLTZ, M.; HALL, K. Identity and interaction: a sociocultural linguistic approach. *Discourse Studies*, v. 7, n. 4/5, p. 585-614, 2005.

CHANG, H. *Autoethnography as Method*. Walnut Creek, CA: Left Coast Press, 2008.

COAN, M.; FREITAG, R. M. K. Sociolinguística Variacionista: pressupostos teóricometodológicos e propostas de ensino. *Domínios De Lingu@Gem Revista Eletrônica de Linguística*. V. 4, - n° 2 – 2° Semestre 2010

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. O planejamento da pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ELLIS, Carolyn; BOCHNER, Arthur P. Autoethnography, personal narrative, reflexivity. In: DENZIN, N.; LINCOLN, Y. (Eds.), *Handbook of qualitative research* (2nd ed., pp.733-768). Thousand Oaks, CA: Sage, 2000.

ERICKSON, F. Qualitative methods. In: LINN, R. L.; ERICKSON, F. (Orgs.). *Quantitative methods; Qualitative methods*. V.2. New York: Macmillan, 1990.

FABRÍCIO, B. F.; PINTO, J. P. Inclusão e exclusão sociais em práticas discursivo-identitária: microresistências e possibilidades de agenciamento. In: PINTO, J. P.; FABRÍCIO, B. F. *Exclusão e microrresistências: a centralidade das práticas discursivo-identitárias*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2013. pp. 11-31.

FERREIRA, D. M. M. Processo designativo e construto identitário da primeira-dama: pragmatismo e simbolismo. *Intercâmbio*, v. 13, 2004.

GARCEZ, P. M. A perspectiva da Análise da Conversa Etnometodológica sobre o uso da linguagem em interação social. In: LODER, L. L.; JUNG, N. M. (Org.). *Fala-em-interação social: introdução à Análise da Conversa Etnometodológica*. Campinas: Mercado de Letras, 2008. p. 17-38.

GEORGAKOPOULOU, A. *Narrative performances: a study of modern greek storytelling*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1997.

GOFFMAN, E. Footing. In: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. *Sociolinguística interacional*. São Paulo: Edições Loyola, [1979] 2002. p. 107-148.

JAGGER, Gill. *Judith Butler: Sexual Politics, Social Change and the power of the performative*. Nova York, Routledge, 2008.

LABOV, W. The transformation of experience in narrative syntax. In: LABOV, W. *Language in the inner city*. Philadelphia: University of Philadelphia Press, 1972. p. 354-396.

LABOV, W.; WALETZKY, J. Narrative Analysis: oral versions of personal experience. In: HELM, J. (Org.) *Essays on the verbal and visual arts*. Seattle: University of Washington Press, 1967.

LANGELLIER, K. M. “You’re Marked”: breast cancer, tattoo and the narrative performance of identity. In: BROCKMEIER, J.; CARBAUGH, D. (Orgs.). *Narrative and identity: studies in autobiography, self and culture*. Amsterdam: John Benjamins, 2001.

LIVIA, A.; HALL, K. “É uma menina!”: a volta da performatividade à Linguística. In: OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. *Linguagem. Gênero. Sexualidade: clássicos traduzidos*. (Orgs.) São Paulo, Parábola Editorial, [1997] 2010. P. 109-127.

MISHLER, E. Narrativa e identidade: a mão dupla do tempo. In: MOITA LOPES, L. P.; BASTOS, L. C. (Orgs.) *Identidades*. Recortes multi e interdisciplinares. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

MOITA LOPES, L. P. Contextos institucionais em linguística aplicada: novos rumos. *Intercâmbio*, São Paulo, v. 5, p. 3-14, 1996.

NOGUEIRA, I. B. O corpo da mulher negra. *Pulsional Revista de Psicanálise*, São Paulo, ano 13, n. 135, p. 40-45, 1999.

NOGUEIRA, M. O. *Narrativas, prática profissional e ética social: negociação e coconstrução de identidades*. 2018. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Rio de Janeiro. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2018.

OCHS, E.; CAPPS, L. *Living Narrative: Creating Lives in Everyday Storytelling*. Harvard: Harvard University Press, 2001.

OLIVEIRA, L. M. *A performance de pessoas com afasia na construção de narrativas em interações face a face em grupo*. 2013. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Rio de Janeiro. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2013.

OLIVEIRA, M. C. L.; BASTOS, L.C. Saúde, doença e burocracia: pessoas e dramas no atendimento de um seguro saúde. In: RIBEIRO, B. T.; LIMA, C.; LOPES M. T. D. (eds.). *Narrativa, identidade e clínica*. Rio de Janeiro, IPUB-CUCA, 2001. p. 161-187.

OLIVEIRA, L. M.; BASTOS, L. C. A performance narrativa de mulheres com afasia. *Veredas On-Line*. 2015/2 - p. 269-291.

PENNYCOOK, A. Performativity and language studies. *Critical Inquiry on Language Studies*, v. 1, n. 1, p. 1-19, 2004.

PENNYCOOK, A. *Global Englishes and Transcultural Flows*. Londres e Nova York, Routledge, 2007.

PENNYCOOK, A. *Language as a local practice*. New York: Routledge, 2010.

PEREIRA, M. G. D; CORTEZ, C. M. Agência e performance em narrativas sobre o tratamento da tuberculose em Vila Rosário: projeções do “eu” avaliativo e agentivo. In: PINTO, J. P.; FABRÍCIO, B. F. *Exclusão e microrresistências: a centralidade das práticas discursivo-identitárias*. Goiânia: Câne Editorial, 2013.

PINTO, J. Conexões teóricas entre performatividade, corpo e identidades. *DELTA*, São Paulo, vol. 23, n. 1, 2007.

PINTO, J. De diferenças e hierarquias no quadro Adelaide às análises situadas e críticas na linguística aplicada. *Delta*, São Paulo, v. 31, p. 199-221, 2015.

PINTO, J. Corpo como contexto-de-ocorrência de metapragmáticas sobre o português em socializações de estudantes migrantes para o Brasil. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, SC, v. 18, n. 3, p. 751-768, set./dez. 2018.

RAMPTON, B. Continuidade e mudança nas visões de sociedade em Linguística Aplicada. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.) *Por uma Linguística Aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006. P. 85-107.

RIESSMAN, C. K. *Narrative methods for the human sciences*. London: Sage, 2008.

SACKS, H.; SCHEGLOFF, E.; JEFFERSON, G. Sistemática elementar para a organização da tomada de turno. Tradução de Aduino Villela. *Veredas*. Juiz de Fora, MG, v. 7, n. 1, [1974] 2003.

SALES JÚNIOR, R. Democracia racial: o não-dito racista. *Tempo Social*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 229-258, 2006.

SCOLLON, R.; SCOLLON, S. W. Discourses in place. *Language in the material world*. London e New York: Routledge, 2003.

SCHEGLOFF, E. Overlapping Talk and the Organization of Turn-taking for Conversation. *Language in Society*, v. 29, p. 1-63, 2000.

SCHIFFRIN, D. Narrative as self-portrait: sociolinguistic construction of identity. *Language in Society*, v. 25, n. 2, p. 167-203, 1996.

SCHIFFRIN, D. *Approaches to discourse*. Massachusetts: Blackwell Publishers, 1994.

SILVA, D. C. P. Micropolíticas de resistência *queer* na performance narrativa de uma professora da educação básica. *Revista Humanidades e Inovação*. v.6, n.10, p. 85-109, 2019.

TANNEN, D; WALLAT, C. Enquadres interativos e esquemas de conhecimento em interação. In: In: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. *Sociolinguística interacional*. São Paulo: Edições Loyola, [1987] 2002. p. 183-214.

TAVARES, M. Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (Orgs.) (2009). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 532pp. Revista Lusófona de Educação, Coimbra, v. 13, n. 13, p. 183-189, 2009.

VERSIANI, D. B. *Autoetnografias: conceitos alternativos em construção*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2005.

YAMANAKA, Juliana Harumi Chinatti. Do “corpo falado” à “fala corporificada”: a compreensão das convergências de estruturas de poder para repensar a Linguística Aplicada. *Rev. Bras. Linguíst. Apl.*, v. 19, n. 4, p. 825-848, 2019.